

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.024.788 - PB (2016/0315040-0)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : **UNIÃO DE ENSINO SUPERIOR DE CAMPINA GRANDE - UNESC**
ADVOGADOS : **CÉLIO GONÇALVES VIEIRA - PB012046**
 : **ANA CÉLIA PEREIRA JORDÃO - PB017450**
AGRAVADO : **MARCELA MICAELLY ROCHA DA SILVA**
ADVOGADO : **NIÂNI GUIMARÃES LIMA DE MEDEIROS E OUTRO(S) - PB010224**

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a e c*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado (e-STJ Fls. 373/374):

APELAÇÃO. OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR PRIVADA. CURSO DE GRADUAÇÃO EM PERÍODO MATUTINO. ENCERRAMENTO UNILATERAL DA TURMA, AO ARGUMENTO DA INSUFICIÊNCIA DE ALUNOS. AUSÊNCIA DE AVISO OPORTUNO E PRÉVIO. OFERTA DE MATRÍCULA EM TURNO DIVERSO. ABUSIVIDADE DA MEDIDA IMPOSTA À DISCENTE. AFRONTA AO REGIME CONSUMERISTA. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À EDUCAÇÃO. NECESSÁRIA GARANTIA DO TÉRMINO DO CURSO NO TURNO AO QUAL PRESTARA VESTIBULAR. DANO MORAL PURO OU IN RE IPSA. ARBITRAMENTO RAZOÁVEL. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. PROVIMENTO DO APELO.

- "É defeso à universidade modificar, unilateralmente, o horário de aulas do curso freqüentado, transferindo o aluno de um turno para outro, quando o estudante tenha realizado vestibular para determinando horário. Mesmo havendo previsão contratual fazendo alusão da possibilidade de remanejamento de turnos, caso a quantidade de alunos de uma turma seja inferior a 40 alunos, a respectiva cláusula caracteriza-se como ilegal e vai de encontro com o Código de Defesa do Consumidor, até mesmo porque o estudante, hipossuficiente na relação, não possui condições de discutir contrato de adesão com a entidade de ensino"¹.

- "O cancelamento de curso, sem qualquer comunicação ao aluno regularmente matriculado, viola direito à informação (art. 6º, inciso III, do CDC), priva o aluno de outras oportunidades de formação, gerando angústia pelo descaso. Configura, pois, dano moral"². Neste viés, exsurge que a indenização deve ser fixada mediante prudente arbítrio do Juiz, conforme princípio da razoabilidade. O

valor não pode ensejar enriquecimento sem causa, nem pode ser ínfimo, a ponto de não coibir a reincidência em conduta negligente.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 398/407).

Em suas razões recursais, a recorrente aponta violação dos arts. 1.022, II do CPC/15, 53 da Lei n.º 9.394/96, 188, I, 422 e 944, parágrafo único, do CC, além de divergência jurisprudencial. Sustenta, em síntese, que (a) há negativa de prestação jurisdicional; (b) agiu no exercício regular de um direito, esbarrando a pretensão autoral na autonomia da recorrente; e (c) há excessiva desproporção entre o dano e o valor da indenização por danos morais.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

O inconformismo não merece prosperar.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do novo Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

De outro lado, com fundamento no acervo fático-probatório constante nos autos, a Corte de origem decidiu a matéria referente aos danos morais e ao dever de indenizar, nos seguintes termos (fls. 375/379):

"À luz desse referido raciocínio e de todo o conjunto probante documentado nos autos, exsurge, à evidência, não merecerem respaldo as razões consignadas na sentença,

notadamente porquanto, examinando-se a conjuntura com arrimo na disciplina aplicável às relações de consumo, emerge, inequivocamente, a necessidade de se temperar a invocada autonomia do ensino universitário com outros institutos igualmente constitucionais, quais sejam, precisamente, a imperiosa proteção ao polo consumidor e a fundamentalidade do direito à educação.

Sob tal ótica, vislumbra-se, de maneira bastante clara, que a referida autonomia que resguarda as instituições de ensino superior não pode ser invocada por parte das universidades como forma de legitimar, exatamente como ocorreu in casu, a alteração unilateral dos contratos de prestação de serviços, sequer quanto à cessação da oferta de disciplinas e atividades em turno optado pelo discente e ao qual o mesmo prestara exame vestibular, mesmo que tal mudança seja alicerçada em demanda de alunos inferior a 40 (quarenta) matriculados.

Nesse diapasão, insubsistente a previsão da cláusula 2ª, § 11, do contrato firmado entre as partes, segundo a qual 'reserva-se a CONTRATADA o direito de cancelar o andamento e funcionamento de qualquer turma cujo número de alunos matriculados seja inferior a 40. (quarenta), proporcionando ao Aluno, neste caso, o direito de ocupar urna vaga em outra turma da mesma natureza, no mesmo ou em outro turno, desde que exista a turma e a vaga'.

(...)

Com arrimo no posicionamento acima perfilhado, vertente no sentido da abusividade da cláusula em comento, mormente quando inserta em contrato de adesão, bem assim da reprovabilidade da conduta empreendida por parte da instituição de ensino ré que, em detrimento da justa expectativa da discente autora, de concluir o seu curso de graduação em Direito no turno matutino para o qual lograra êxito em exame vestibular, dera por encerrada a oferta de disciplinas durante tal período, com arrimo na arguição de não fechamento da turma.

Nessa esteira, não subsistem dúvidas quanto ao sofrimento de enormes constrangimentos e angústias pela consumidora recorrente, especialmente porquanto, já se encontrando avançada no curso, tendo prestado 7 (sete) períodos, de um total de 10 (dez), a mesma vira frustradas suas oportunidade de formação superior e, conseqüentemente, perspectivas profissionais, em decorrência direta do cancelamento do curso diurno e sem comunicação oportuna, empreendido pela União de Ensino Superior de Campina Grande, instituição ora recorrida.

Evidente pois, a ocorrência, ira casu, de danos morais puros.

(...)

Sob esse referido entendimento, restando inegável a

ocorrência do sofrimento e a configuração do dano moral in re ipsa, há de se perquirir, no presente momento, acerca da fixação dos danos morais na sentença guerreada".

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de que houve conduta abusiva da recorrente, a qual causou sofrimento e angústias à parte autora, aptos a ensejar a reparação por danos morais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

No mesmo sentido é o posicionamento desta Corte Superior, que entende ser possível a condenação da instituição de ensino ao pagamento de indenização por danos morais quando praticar conduta abusiva no exercício de sua autonomia universitária. Confira-se:

RECURSO ESPECIAL. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. INEXISTÊNCIA. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. EXTINÇÃO DE CURSO SEQUENCIAL. POSSIBILIDADE. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. PECULIARIDADES DO CASO QUE REVELAM A CONDUTA ABUSIVA E ILEGAL DA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL. DANO MORAL RECONHECIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação ao art. 535 do Código de Processo Civil na hipótese em que o acórdão recorrido resolve todas as questões pertinentes ao litígio, tornando-se dispensável que venha a examinar todos os argumentos trazidos pelas partes.
2. A ação de indenização proposta em desfavor de instituição privada de ensino, tendo por fundamento a extinção de curso superior, deve ser julgada e processada na Justiça comum estadual.
3. Não se revela inepta a petição inicial que, nos autos da ação de indenização, requer ao magistrado o arbitramento do valor da reparação por dano moral ao seu prudente arbítrio, sem que isso implique violação ao art. 286, caput, do Código de Processo Civil.
4. A instituição educacional privada de ensino superior goza de autonomia universitária, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, razão pela qual é possível proceder à extinção de curso superior, conforme preceito constante do art. 53, I, da Lei n. 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
5. Apesar da autonomia universitária quanto à possibilidade de extinção de curso superior, o caso revela que a conduta da instituição de ensino se mostrou abusiva.
6. Não se verifica que a instituição de ensino tentou realizar convênio com outras faculdades ou universidades que oferecessem

curso idêntico ou similar, com o intuito de atender aos interesses dos alunos que pretendiam a formação em tempo mais curto.

7. Inexiste comprovação da existência de outras instituições que oferecessem curso equivalente na mesma região, de modo que os alunos pudessem realizar a transferência sem grandes transtornos operacionais e/ou financeiros.

8. A conduta da instituição de ensino afrontou o § 1º do art. 4º da Resolução n. 1/1999, do Conselho Nacional de Educação, segundo o qual os cursos sequenciais de formação específica podem ser encerrados a qualquer tempo, desde que seja assegurada a conclusão dos estudos, no próprio curso, dos alunos nele matriculados.

9. Recurso especial não provido.

(REsp 1453852/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, DJe 20/11/2015)

Por fim, o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel. Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

A respeito do tema, salientou o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**: "*A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada*" (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe de 26/4/2010).

Com efeito, somente é possível a revisão do montante da indenização nas hipóteses em que o *quantum* fixado for exorbitante ou irrisório, o que, no entanto, não ocorreu no caso em exame. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), não é exorbitante nem desproporcional aos danos sofridos pela agravada, que, conforme mencionado pelas instâncias ordinárias, foi informada no encerramento da oferta do curso de Direito no

período matutino em momento avançado do curso, quando cursava o 7º período de um total de 10, sem prévia comunicação da recorrente, tendo sido frustradas em suas "*oportunidades de formação superior e, conseqüentemente, perspectivas profissionais*" (fl. 378).

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator

